

CULTURA POPULAR E FORMAÇÃO DOCENTE: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Arlete Maria Luz Araújo

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí — CSHNB, Picos, Piauí, Brasil.

E-mail: arlete53d6@gmail.com

Francisca Silva Carvalho

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí — CSHNB, Picos, Piauí, Brasil.

E-mail: francisca.carvalho.fc@ufpi.edu.br

Maria Alveni Barros Vieira

Professora associada da Universidade Federal do Piauí — CSHNB, Picos, Piauí, Brasil.

E-mail – mariaalvenibarrosvieira@gmail.com

Resumo

Este estudo investiga de que forma a inserção sistemática da cultura popular nos cursos superiores de formação docente contribui para a construção de um ensino de História mais inclusivo, contextualizado e identitário nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O objetivo foi refletir sobre as discrepâncias entre o tratamento conferido à temática nos aparatos normativos e as práticas pedagógicas efetivamente desenvolvidas nas escolas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada na análise de documentos legais que orientam a Educação Básica no Brasil como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), bem como em produções acadêmicas que discutem os limites e as potencialidades da valorização da cultura popular no currículo escolar, a exemplo de Leite e Paulo (2024), Silva (2008) e Freire (1997). Os resultados indicam que a incorporação sistemática da cultura popular na formação inicial de professores favorece a construção de práticas pedagógicas socialmente situadas, que reconhecem os estudantes como sujeitos históricos e valorizam suas referências culturais. Conclui-se que essa perspectiva contribui para a consolidação de um programa de estudo de História mais democrático, plural e comprometido com a afirmação das identidades culturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Cultura popular. Ensino de História. Formação docente.

Introdução

Este trabalho tem como objeto de estudo a importância da inserção de conteúdos relacionados à cultura popular no processo de formação acadêmica de professores que atuarão no ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Embora as normativas educacionais brasileiras reconheçam a pluralidade cultural do país e orientem a construção de uma educação escolar contextualizada, vinculada às experiências dos estudantes e

comprometida com a valorização dos saberes populares, tradicionais e locais considerados fundamentais para a constituição da identidade, do pertencimento e da cidadania, o ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental ainda se mantém, em grande medida, marcado por abordagens conteudistas, descontextualizadas e de matriz eurocêntrica.

Diante desse cenário, evidencia-se um descompasso entre os pressupostos normativos e às práticas formativas e pedagógicas desenvolvidas, o que suscitou a seguinte problemática norteadora da investigação: de que forma a inserção sistemática da cultura popular nos cursos superiores de formação docente contribui para a construção de um ensino de História mais inclusivo, contextualizado e identitário nos anos iniciais do Ensino Fundamental?

Refletir sobre o questionamento proposto neste trabalho apresenta relevância acadêmica por situar-se no entrecruzamento entre formação inicial de professores, ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental e cultura popular, três campos que, embora amplamente debatidos de forma isolada, ainda carecem de articulação sistemática no âmbito da pesquisa educacional brasileira.

Assim, com vistas a responder ao questionamento proposto de forma consistente, estabeleceram-se como objetivos discutir o conceito de cultura popular e suas implicações para o ensino de História, bem como articular essa temática às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e aos processos de formação inicial docente.

Metodologia

O presente artigo resulta de uma pesquisa de natureza bibliográfica, fundamentada na análise e no estudo de materiais previamente publicados que apresentam relação direta com a temática investigada, considerando que “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado” (Gil, 2017, p. 34).

Nesse sentido, o estudo apoia-se na análise de um conjunto de obras organizadas em duas categorias. A primeira contempla os pressupostos legais que normatizam os princípios, os objetivos e os conteúdos curriculares do Ensino Fundamental no Brasil, a exemplo da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). A segunda reúne produções acadêmicas que discutem os limites e as possibilidades do reconhecimento e da valorização da cultura popular como dimensão constitutiva do currículo escolar do Ensino Fundamental, especialmente no componente curricular de História.

O processo de leitura e análise das fontes adotou uma abordagem qualitativa (Demos, 1998), buscando analisar a relevância do estudo da cultura popular na formação oferecida pelos

cursos superiores, particularmente no que se refere ao ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Parte-se da compreensão de que a valorização dos saberes populares desde os cursos de formação inicial de professores contribui significativamente para a construção de uma educação mais inclusiva, contextualizada e comprometida com as identidades culturais dos sujeitos escolares.

Desenvolvimento

1. Referências conceituais

O título deste trabalho remete à necessidade de delimitar conceitualmente os termos cultura popular, formação docente e ensino fundamental. No que se refere à cultura popular, adota-se uma compreensão que se afasta das definições que, durante longo período, estiveram presentes nas representações de parte da intelectualidade brasileira. Conforme aponta Silva (2009), tais interpretações, profundamente influenciadas pelo evolucionismo social, pelo positivismo e pelas teorias raciais em voga no século XIX, explicavam a formação da cultura brasileira a partir de uma hierarquização civilizatória que colocava a Europa como modelo de referência, relegando as práticas culturais de matrizes indígenas e africanas a posições subalternizadas — mesmo quando havia, em discurso, a intenção de valorizar os saberes e as sabedorias populares.

Em contraposição a essa lógica, o conceito de cultura popular adotado neste trabalho ancora-se no contexto do sertão piauiense, sendo elaborado a partir das narrativas, práticas e experiências cotidianas registradas na produção literária do escritor picoense Fontes Ibiapina (1977). Nessa perspectiva, a cultura popular manifesta-se nos contos de vaqueiros, nas histórias de assombração, nos romances cantados, nos desafios poéticos, nas vaquejadas, nas expressões religiosas, nas práticas costumeiras e nas narrativas do cotidiano sertanejo, constituindo-se como um repertório simbólico denso, criativo e historicamente situado. Ao valorizar essas expressões, Ibiapina rompe com uma concepção elitista e discriminatória de cultura ao afirmar que os escritos literários vinculados à cultura popular são:

Estórias brotadas do fértil canteiro da imaginação, da capacidade de criar (fator primordial do artista ficcionista) de homens de inteligência rara. Verdadeiras obras primas diretamente descendentes da sabedoria popular, cujos anônimos seriam hoje, não fossem analfabetos, figuras de relevo, exponenciais no cenário da literatura do passado (Ibiapina, 1977. p. 13-14).

Assim, embora nas obras de Fontes Ibiapina o conceito de cultura popular não se apresente formulado de maneira teórico-sistemática, nos moldes adotados por autores das Ciências Sociais, compreende-se que ele se constrói de forma literária e etnográfica ao longo

da sua produção. Ainda assim, é possível extrair de sua obra um conceito consistente, a partir das definições que propõe e da maneira como concebe o povo, a oralidade e a criação artística. Tais elementos, conforme assinala Silva Filho (1997), registram as emoções, as paisagens geofísicas, humanas e sociais, bem como a memória e os modos de vida do povo do Piauí, conferindo à produção de Fontes Ibiapina expressiva relevância para a compreensão da história local e regionalista.

Nessa mesma perspectiva histórico-cultural, o termo formação de professores não é compreendido de modo restrito aos processos institucionais de formação técnica que conferem habilitação para o exercício da docência e asseguram seu reconhecimento legal e público, como assinala Cunha (2013). Ao contrário, entende-se que a formação docente se constrói de maneira contínua e ampliada, atravessada pelas experiências de vida, pelos contextos socioculturais e pelas práticas cotidianas. Afinal, vivemos em um tempo no qual,

[...] ensinar já não pode ser este esforço de transmissão do chamado saber acumulado, que faz uma geração à outra, e aprender não é a pura recepção do objeto ou do conteúdo transferido. Pelo contrário, girando em torno da compreensão do mundo, dos objetos, da criação, da boniteza, da exatidão científica, do senso comum, ensinar e aprender giram também em torno da produção daquela compreensão, tão social quanto a produção da linguagem, que é também conhecimento. (...) é tarefa igualmente do educando participar da produção da compreensão do conhecimento que supostamente apenas recebe do professor (Freire, 1997, p.5-6).

Portanto, neste trabalho, adota-se a compreensão da formação docente como um processo que envolve o professor enquanto sujeito histórico e cultural, constituído em contextos sociais específicos e atravessado por experiências, saberes e vivências construídas em espaços e temporalidades determinadas. Trata-se de uma concepção de formação que, conforme explica Freire (1997), destaca não apenas a necessidade de conhecer a identidade cultural dos educandos, mas também de reconhecer a identidade cultural do próprio professor, uma vez que ambas se encontram implicadas e se constroem nas relações estabelecidas entre educadores e educandos.

Em relação ao termo Ensino Fundamental, sua definição encontra-se explicitada no conjunto da legislação educacional brasileira, que o compreende como a etapa da Educação Básica responsável por assegurar a formação escolar comum indispensável a crianças e adolescentes, promovendo o desenvolvimento de capacidades intelectuais, sociais, éticas, culturais e afetivas necessárias ao exercício da cidadania e à continuidade dos estudos. Tal concepção está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) — Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 —, especialmente em seu artigo 22, ao estabelecer como

finalidade da Educação Básica o desenvolvimento do educando, a garantia de uma formação comum indispensável ao exercício da cidadania e a oferta de meios para o prosseguimento no trabalho e em estudos posteriores, fundamentando, assim, uma compreensão ampliada de formação escolar que abarca dimensões cognitivas, éticas, culturais e sociais.

À luz dos desdobramentos pedagógicos dessa legislação, o Ensino Fundamental pode ser compreendido não apenas como uma etapa voltada à transmissão de conteúdos escolares, mas como um período de escolarização de crianças e jovens marcado por múltiplas interações sociais e psicossociais que favorecem, do ponto de vista educativo, a formação integral do sujeito, a construção da identidade e da autoestima, bem como o fortalecimento do sentimento de pertencimento a um grupo social.

2. Cultura popular no ensino de História no Ensino Fundamental: o respaldo legal

Alguns dos principais dispositivos legais que orientam a educação escolar no Brasil reconhecem a educação como um direito universal e defendem uma formação integral fundamentada no respeito à diversidade cultural, na valorização dos saberes locais e no fortalecimento da cidadania. Entre esses marcos normativos destacam-se a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018).

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205, que a educação é direito de todos, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Ao reconhecer a diversidade cultural brasileira como patrimônio a ser preservado e valorizado, a Carta Magna reafirma a necessidade de uma educação comprometida com a pluralidade cultural e com o respeito às identidades locais e regionais. Contudo, apesar desse respaldo jurídico, constata-se que os saberes oriundos da cultura popular ainda ocupam um espaço secundário ou marginal nos currículos escolares, frequentemente subordinados a uma perspectiva eurocêntrica, conteudista e homogênea do conhecimento histórico.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reforça esses princípios ao afirmar que o ensino deve considerar a diversidade cultural e social do país, promovendo a formação integral do educando. A LDB também atribui às instituições formadoras de professores a responsabilidade de garantir uma base teórica e metodológica consistente, capaz de articular conhecimentos científicos, pedagógicos e culturais. Entretanto, na prática, os currículos dos cursos superiores, especialmente das licenciaturas, nem sempre aprofundam o estudo da cultura popular como categoria histórica e pedagógica, o que contribui

para a reprodução de práticas escolares distanciadas da realidade sociocultural dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, representa um avanço ao reconhecer a centralidade da diversidade cultural e ao defender o desenvolvimento de competências que valorizem as identidades, os saberes locais e as experiências dos estudantes. No componente curricular de História, sobretudo nos anos iniciais, a BNCC propõe o trabalho com o cotidiano, a memória, a comunidade e as diferentes formas de organização social ao longo do tempo.

3. O que dizem os educadores?

Apesar do amparo legal existente, os saberes oriundos da cultura popular ainda ocupam um espaço reduzido no currículo do Ensino Fundamental. Diante desse descompasso entre as normativas educacionais e as práticas efetivamente desenvolvidas nas escolas, torna-se inevitável questionar por que tais saberes não se encontram devidamente incorporados ao currículo escolar.

Em resposta a essa indagação, Leite e Paulo (2024) chamam atenção para o caráter discriminatório que historicamente marca o tratamento conferido aos saberes tradicionais vinculados à cultura popular. Segundo os autores, embora seja amplamente reconhecido que a cultura popular constitui a base identitária de grande parte dos estudantes brasileiros — majoritariamente oriundos das classes populares —, ela permanece desvalorizada nos currículos escolares, o que contribui para a perda de sua legitimidade e funcionalidade no contexto educacional. Para os autores, essa discriminação não é casual, mas possui fundamentos de natureza ideológica:

Os saberes da cultura popular ao serem trabalhados na escola permitem a conscientização de que tudo é cultura. Logo, a cultura popular pode ser considerada um elo entre os estudantes e a escola, além de ajudar na prática docente (Leite e Paulo, 2024, p.15).

Os autores propõem como solução uma formação docente fundamentada em processos de reconhecimento e valorização da identidade cultural dos alunos no contexto escolar, de modo a favorecer a construção da identidade e da autoestima, bem como o fortalecimento do sentimento de pertencimento a um grupo social nesse espaço. Segundo essa perspectiva, tais dimensões muitas vezes não são contempladas no cotidiano das escolas, o que evidencia as necessidades, segundo Freire (1997), de uma formação de professores capaz de suprir essas

lacunas e de promover práticas pedagógicas mais sensíveis à diversidade cultural dos estudantes.

Portanto, se torna evidente o quanto essa carência no âmbito das dimensões mencionadas é de fato prejudicial, uma vez que a escola, como um organismo social, deve favorecer ao estudante um ambiente que dialoga com a sua realidade para que promova uma educação integral, trabalhado não somente conteúdos sistemáticos, mas incluindo os ensinamentos da sua cultura, sobre isso, Leite e Paulo evidenciam que:

A escola é uma instituição social por excelência e dessa forma, a sua função social é desenvolver todas as potencialidades do educando. Para que o indivíduo se desenvolva em todas as suas dimensões, é de grande importância a escola trabalhar de maneira contextualizada abrangendo todas as formas de saberes, inclusive a cultura popular (Leite e Paulo, 2024, p.15).

Dessa forma, torna-se imprescindível que a escola reconheça a cultura popular como parte constitutiva do processo educativo, estabelecendo uma relação estreita entre os saberes locais e o currículo escolar. E para que isso aconteça é necessário colocar em prática o que está no currículo e na vida dos educandos.

Seguindo essa linha de pensamento Almeida e Moreira (2020), apontam que a cultura popular deve possuir uma relação estreita com o currículo, pois assim os estudantes têm a oportunidade de ter contato com diversas culturas pertencentes a sua cultura local e construírem seus conhecimentos a partir dela. Nessa direção, Freire (1997) ressalta a importância de uma formação docente comprometida com a superação dessas lacunas, capaz de fomentar práticas pedagógicas sensíveis à diversidade cultural e às experiências históricas e sociais dos educandos.

No entendimento de Silva (2008), a ausência dos saberes vinculados à cultura popular no currículo escolar está relacionada ao caráter discriminatório com que esses conhecimentos são historicamente tratados por setores dos chamados “intelectuais” brasileiros. Desse modo, para que o futuro educador possa romper com a lógica hierarquizante que ainda orienta o ensino, torna-se imprescindível que sua formação inclua, de maneira consistente, os saberes oriundos da cultura popular. Nesse sentido, Silva (2008) afirma que:

[...] incorporar os saberes de origem popular ao conhecimento acadêmico é uma necessidade cada vez mais premente, na medida em que, contemporaneamente, há uma estreita relação entre a valorização da experiência de vida de cada indivíduo com o processo de ensino-aprendizagem e com a democratização do saber” (Silva, 2008, p. 41).



Sob esse viés, compreende-se que o futuro educador deve adquirir conhecimento sobre a cultura dos seus educandos para que consiga elaborar práticas pedagógicas que valorizem as experiências vivenciadas individualmente por cada sujeito constituem elementos fundamentais para a construção do conhecimento histórico e educativo. Em pesquisa sobre a valorização da História Local nos currículos de escolas situadas no semiárido piauiense, Vieira et al. (2013) constataram que essa disciplina era trabalhada de modo improvisado, funcionando como um apêndice de conteúdos curriculares considerados universais. Embora todas as professoras do Ensino Fundamental participantes da investigação reconhecessem a relevância do ensino da História local como ponto de partida para a formação do cidadão e do agente histórico, apontaram a impossibilidade de desenvolver a temática de forma sistemática, em razão da escassez de produções organizadas sob a forma de livros didáticos, paradidáticos e materiais audiovisuais, como documentários.

Cinco anos depois, em produção voltada à apresentação dos resultados de um mapeamento histórico-cultural dos sujeitos, saberes e práticas tradicionais de uma área do semiárido piauiense situada em espaços fronteiriços com os estados do Ceará, Pernambuco e Paraíba, Vieira et al. (2018) concluíram que, embora pesquisas pontuais desempenhem papel relevante na construção da identidade do povo do semiárido piauiense e na preservação de seus saberes e práticas tradicionais, tais iniciativas, quando isoladas, mostram-se insuficientes. Nessa perspectiva, os autores defendem a necessidade de um envolvimento mais efetivo dos professores da Educação Básica, não apenas como colaboradores ou entrevistados em pesquisas acadêmicas, mas como sujeitos históricos, testemunhas vivas e participantes ativos na produção de conhecimentos vinculados à realidade local e regional em que exercem sua prática docente. Tal inserção deveria, portanto, constituir elemento estruturante dos cursos de formação de professores.

Corroborando essa compreensão, Vieira (2025) apresenta os resultados finais de um projeto de iniciação científica desenvolvido entre 2023 e 2024 com estudantes da disciplina História da Educação no Piauí, ofertada no terceiro período do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí, Campus de Picos. A proposta pedagógica do projeto consistiu em contribuir para a formação de futuros professores conscientes de seu papel no processo de construção das memórias e identidades da sociedade na qual estão inseridos, bem como capazes de identificar, refletir e produzir conhecimentos sobre fatos históricos.

No centro das produções históricas elaboradas pelos estudantes esteve a análise da origem dos municípios investigados, considerada não apenas sob os aspectos político-administrativos, mas, sobretudo, a partir das práticas socioculturais tecidas nos aldeamentos

indígenas e, posteriormente, pelos diferentes grupos populacionais que se estabeleceram nos espaços das fazendas, fossem eles sujeitos livres ou escravizados.

A partir desses exemplos, é possível afirmar que o diálogo entre os saberes científicos e os saberes da cultura popular, quando promovido desde os cursos de graduação, tende a fornecer aos futuros professores instrumentos teóricos e metodológicos fundamentais para a constituição do professor-pesquisador, dotado de competências e habilidades que lhe permitam produzir um repertório de conhecimentos comprometido com as comunidades às quais pertence.

Considerações finais

Diante das reflexões desenvolvidas ao longo desta investigação, é possível apresentar respostas a problemática que orientou o estudo: de que forma a inserção sistemática da cultura popular nos cursos superiores de formação docente contribui para a construção de um ensino de História mais inclusivo, contextualizado e identitário nos anos iniciais do Ensino Fundamental?

As análises realizadas dos escritos de Leite e Paulo (2024), Silva (2008) e Freire (1997), indicam que tal inserção amplia as possibilidades formativas do futuro professor, ao reconhecer os saberes, práticas e experiências culturais populares como conhecimentos legítimos, historicamente construídos e pedagogicamente relevantes, favorecendo a elaboração de práticas de ensino que dialogam com as realidades sociais e culturais dos educandos e fortalecem processos de identificação, pertencimento e valorização das identidades locais.

Nessa perspectiva sociocultural, a formação docente assume um papel estratégico, ao possibilitar que os professores em formação compreendam a si mesmos como sujeitos históricos e culturais, constituídos em contextos sociais específicos e atravessados por experiências, saberes e vivências construídas em diferentes temporalidades. Com efeito, não basta ao educador apenas conhecer os pressupostos ideológicos que historicamente contribuíram para a marginalização dos saberes da cultura popular nos currículos escolares, nem reconhecer a identidade cultural dos educandos; torna-se igualmente imprescindível reconhecer a própria identidade cultural, uma vez que ambas se constroem e se ressignificam nas relações dialógicas estabelecidas no cotidiano escola.

Referências

ALMEIDA, Nadja Rinelle Oliveira de; MOREIRA, Damares de Oliveira. Manifestações da cultura popular local na aprendizagem das séries iniciais e na formação de professores. Revista Pemo. Fortaleza, 2020. Disponível em <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3726> acesso em 03 de fev 2026.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Art. 205.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. CULTURA, In: **Dicionário Online de Português**. Porto: 7graus, 2026. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cultura/>. Acesso em: 20/01/2026.

CUNHA, Maria Isabel da. O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação. **Educação e Pesquisa**, 39(3), 609-626. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013005000014>. Acesso:28/01/2026.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1988.

FREIRE, Paulo. Professora sim. Tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Editora Olho d'água, 1997.

IBIAPINA, Fontes. Mentiras grossas de Zé Rotinho. Teresina: Caderno de Letras Meridiano, 1977.

LEITE, Belchior Ribeiro; PAULO, Jacks Richard de. A cultura popular no cotidiano da escola: da marginalização à integração. *Revista Educação, Cultura e Sociedade (RECS)*, v. 14, n. 1–2, p. 1–29, 2024. DOI: 10.30681/2237-1648. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs>. Acesso em: 26 jan. 2026.

SILVA, Celso Sisto. A literatura popular: silêncios e murmúrios na história da literatura brasileira. **Letrônica**, Porto Alegre v.2, n.2, p.235, dezembro 2009.

SILVA FILHO, Herculano Moraes da. **Visão histórica da literatura piauiense**. Teresina: HM Editor, 1997.

SILVA, R.M. da C. (Org.). **Cultura popular e educação: salto para o futuro**. Brasília: Salto para o Futuro/TV Escola/Seed/MEC, 2008.

VIEIRA, Maria Alveni Barros et al.. **Saberes tradicionais do semiárido piauiense: proposta de inclusão curricular**. Anais CONADIS... Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/50845>>. Acesso em: 04/02/2026 10:47.

VIEIRA, Maria Alveni Barros. Como reconhecer o outro se somos estranhos a nós mesmos? A produção de conhecimento histórico educacional na formação inicial do Pedagogo. In: Anais do XV Fórum Internacional de Pedagogia (XV FIPED). Anais...Serra Talhada (PE) AESET, 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xv-forum-internacional-de-pedagogia-xv-fiped-502395/1105560-COMO-RECONHECER-O-OUTRO-SE-SOMOS-ESTRANHOS-A-NOS-MESMOS-A-PRODUCAO-DE-CONHECIMENTO-HISTORICO-EDUCACIONAL-NA-FOR>. Acesso em: 04/02/2026.

VIEIRA, Maria Alveni Barros et al.. **História local em sala de aula: uma proposta de produção de materiais didáticos para as primeiras séries do ensino fundamental**. Anais V FIPED... Campina Grande: Realize Editora, 2013. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/3803>>. Acesso em: 04 de fev 2026.